

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## CONTEÚDO

<b>Relatório da Administração</b>	<b>02</b>
<b>Relatório do Desempenho</b>	<b>04</b>
<b>Indicadores</b>	<b>06</b>
<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>07</b>
<b>Demonstração de Sobras ou Perdas</b>	<b>08</b>
<b>Demonstração dos Resultados Abrangentes</b>	<b>09</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas Explicativas</b>	<b>12</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>30</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>31</b>



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Associados:

O ano de 2020 foi impactado pela pandemia de Covid-19, com severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Os governantes tiveram de impor medidas de isolamento social para conter o avanço da doença.

O Banco Central reduziu a taxa SELIC para 2,00%, o menor nível da história.

Mesmo com as dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e diante das imprevisibilidades surgidas com a pandemia, encerrou 2020 com um resultado antes das participações de **R\$ 199.092,05**, e patrimônio líquido de **R\$ 8.119.932,99**.

### **POLÍTICA DE CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO**

Em atendimento às políticas do órgão regulador a CREDIGUAÇUI tem aprimorado continuamente seus sistemas de controles internos para atendimento dos normativos legais.

Monitoramento, seleção e análise de operações com o objetivo de identificar e dispensar especial atenção às suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

### **GERENCIAMENTO DE CAPITAL, DE RISCOS E LIMITES OPERACIONAIS**

O gerenciamento de capital consiste em monitorar e controlar o capital mínimo que deve ser mantido pela CREDIGUAÇUI, definido pelo Banco Central do Brasil, compatível com os riscos a que está exposta, considerando os objetivos estratégicos e o nível de atividades financeiras demandadas pelos associados em consonância com as boas práticas de mercado.

A gestão de risco é considerada estratégica pela administração da Crediguaçuí:

#### **1. Risco de Crédito:**

a) Para a mitigação do risco de crédito a CREDIGUAÇUI mantém atuante o seu Comitê de Crédito, com definições de alçadas.

b) A provisão para o risco de crédito é feita com base na classificação de risco definida pelos normativos.

#### **2. Risco de Mercado:**

O gerenciamento do risco de mercado é realizado pelo Conselho Administração.

#### **3. Risco de Liquidez:**

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo Conselho de Administração, mantendo adequado o controle do fluxo de caixa compatível com a captação de recursos de depósitos e a correspondente aplicação nas linhas de crédito.

#### **4. Risco Socioambiental:**

A Resolução CMN 4.327 de 25/04/2014, define o Risco socioambiental como a “possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais”. Com o objetivo de minimizar a exposição a estes riscos, bem como seus impactos financeiros e na reputação da Cooperativa.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.



## 5. Risco e Limites Operacionais:

Com relação aos limites operacionais - índice de Basileia e limite de imobilização, a CREDIGUAÇUI está enquadrada nos normativos do órgão regulador.

## 6. Gerenciamento de Capital e Gestão de Risco:

Tanto o gerenciamento de capital como a gestão de risco são analisadas pelo Conselho de Administração para apreciação e validação das ações adotadas e de seus resultados.

## Conselho de Administração e Diretoria

### NOMINATA DOS CONSELHOS

#### DIRETORIA EXECUTIVA MANDATO 2019/2023

Diretor Presidente ..... Renato Caiado Casotti  
Diretor Administrativo ..... Jorge Guedes da Silva  
Diretor Financeiro..... Gilson Costa de Oliveira

#### **Conselheiro(s)**

Agenor Luiz Ferraz Thomé  
Alcenir Tadeu de Paula  
Christiany Fitaroni P. de Azevedo

#### CONSELHEIROS FISCAL - MANDATO ATÉ A.G.O. DE 2021

#### **Efetivos:**

Antônio Carlos Nunes Paraíso  
José Adilson de Assis  
Sebastião José de Azevedo

#### **Suplentes:**

Gilson Hermínio Custódio  
Sérgio Augusto Marques Castro  
Túlius Marcus Túlio

#### Colaboradores:

Rogério Carlos Faria - Gerente Administrativo  
Nilson Valentim Sanglard - Encarregado de Produtos e Serviços  
William Pires Nunes - Caixa  
Erivelto de Melo Maia - Assistente Administrativo  
Rosana Maria de Souza Cabral Faria - Assistente Administrativa  
Igor Dias Campos Crisi - Auxiliar Administrativo  
Tatiana de Sousa Madeira - Auxiliar Administrativa  
Aparecida Dascani Chevi Oliveira-Servente de Limpeza  
Mario José Tiradentes Areal Lima - Auxiliar Administrativo  
Jasmyny Jufo de Oliveira - Menor Aprendiz

A Ouvidoria atende às manifestações recebidas por meio do sistema de Ouvidoria da PRODAF, atendimento via DDG 0800 283 3064.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos associados pela escolha da CREDIGUAÇUI, aos conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores e prestadores de serviços pela dedicação.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2020.

---

**Renato Caiado Casotti**  
Diretor Presidente e  
Responsável p/Área Contábil

---

**Jorge Guedes da Silva**  
Diretor Administrativo

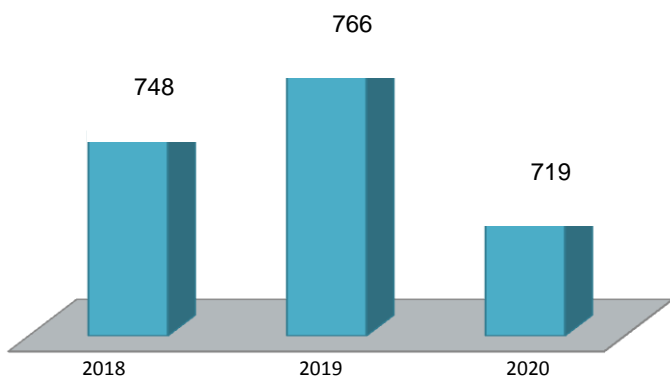
---

**Gilson Costa de Oliveira**  
Diretor Financeiro



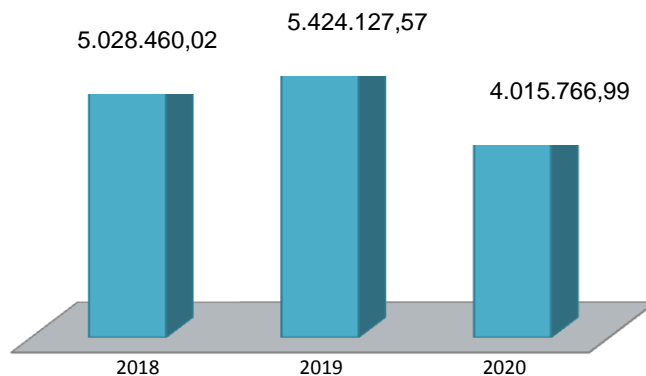
## RELATÓRIO DO DESEMPENHO

### NÚMERO DE ASSOCIADOS



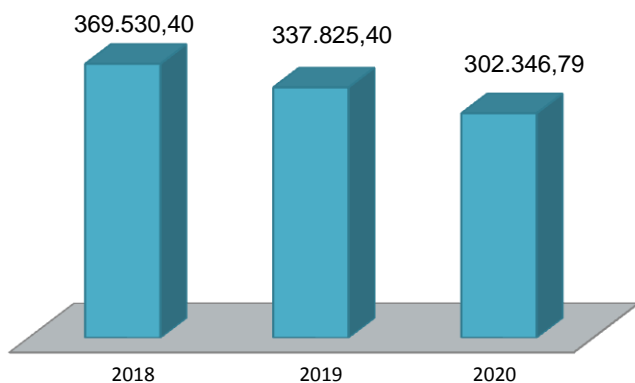
A Cooperativa encerrou o exercício de 2020, com 719 Associados.

### CARTEIRA DE CRÉDITO



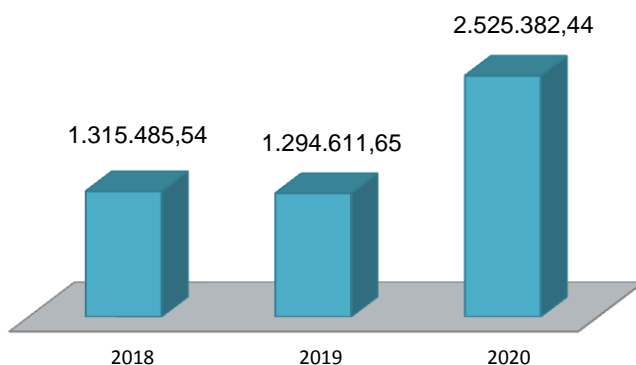
2020 encerrou com a Carteira de Crédito no valor de R\$ 4.015.766,99.

### PERMANENTE



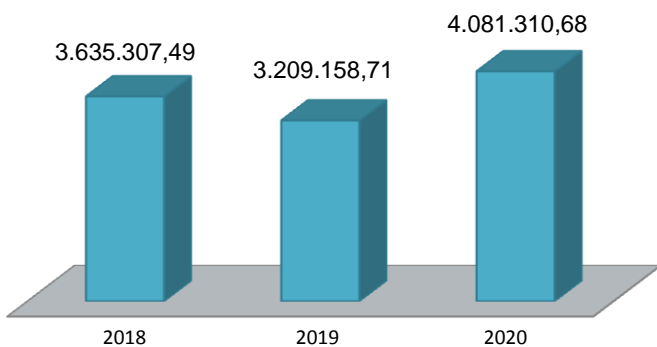
A Cooperativa encerrou 2020 com o Permanente de R\$ 302.346,79.

### DEPÓSITO À VISTA



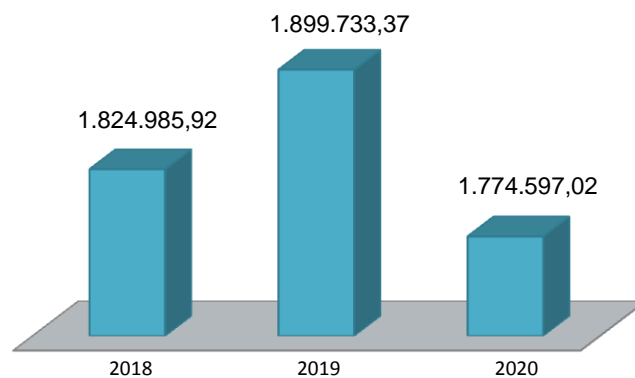
Encerrou-se 2020 com um depósito à vista de R\$ 2.525.382,44.

### DEPÓSITO À PRAZO



Em 2020 o Depósito à Prazo era de R\$ 4.081.310,68.

### CAPITAL SOCIAL

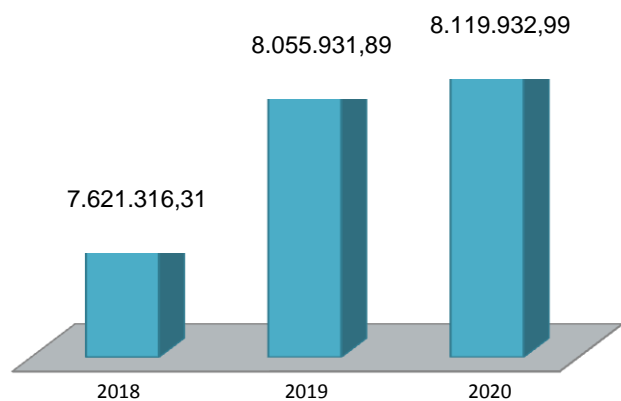


O Capital Social da Cooperativa em 2020 era R\$ 1.774.597,02.



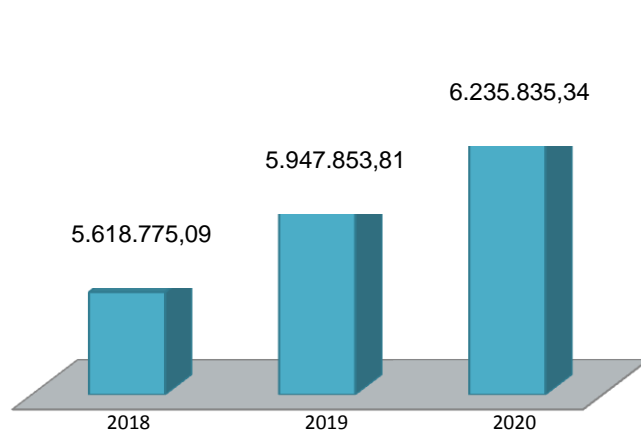
## RELATÓRIO DO DESEMPENHO

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO



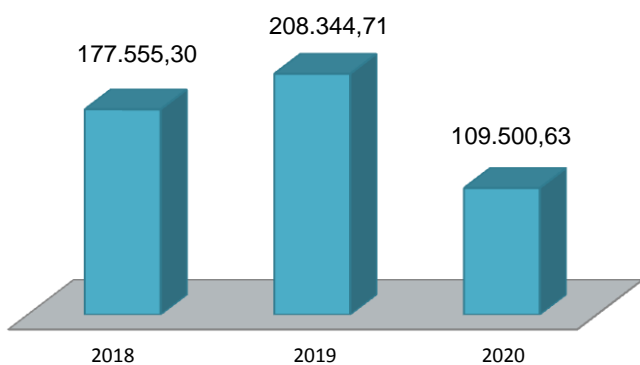
Encerrou-se 2020 com o Patrimônio Líquido de R\$ 8.119.932,99.

### RESERVA LEGAL



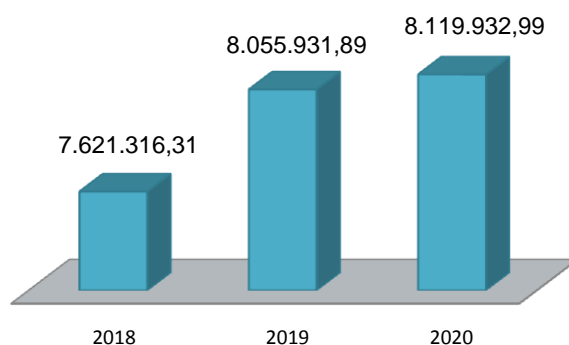
Em 2020 a Reserva Legal era de R\$ 6.235.835,34. Um crescimento de 4,84% em relação a 2019.

### SOBRAS LÍQUIDAS



A Cooperativa obteve no exercício de 2020, uma Sobra Líquida de R\$ 109.500,63.

### PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA



Encerrou-se 2020 com o Patrimônio de Referência de R\$ 8.119.932,99.



**CNPJ: 32.422.628/0001-71**

## INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES				31/12/2019	31/12/2020
<b>a) Solvência Geral</b>				<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Ativo Total/Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo					
	31/12/2019	13.332.812	5.276.880	<b>2,53</b>	
	31/12/2020	15.753.991	7.634.058		<b>2,06</b>
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2020 conta com R\$ 2,06 em seu Ativo Total para quitar todas suas obrigações a curto e longo prazo, ou seja, R\$ 2,06 para cada R\$ 1,00.					
<b>b) Liquidez Corrente</b>				<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Ativo Circulante/Passivo Circulante					
	31/12/2019	12.732.099	5.276.880	<b>2,41</b>	
	31/12/2020	15.129.695	7.634.058		<b>1,98</b>
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2020 conta com R\$ 1,98 em seu Ativo Circulante, para quitar todas suas obrigações, ou seja, R\$ 1,98 para cada R\$ 1,00.					
<b>c) Liquidez Geral</b>				<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo/Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo					
	31/12/2019	12.994.987	5.276.880	<b>2,46</b>	
	31/12/2020	15.451.644	7.634.058		<b>2,02</b>
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2020 conta com R\$ 2,02 em seu Ativo Circulante e Longo Prazo, para quitar todas suas obrigações, ou seja, R\$ 2,02 para cada R\$ 1,00.					
<b>d) Endividamento</b>				<b>%</b>	<b>%</b>
Exigível Total/Patrimônio Líquido					
	31/12/2019	5.276.880	8.055.932	<b>65,50</b>	
	31/12/2020	7.634.058	8.119.933		<b>94,02</b>
A Cooperativa em 31/12/2020 conta com R\$ 1,00 de recursos próprios para cada R\$ 0,94 de dívidas com terceiros, ou seja, a CREDIGUAÇUÍ comprometeu com terceiros 94,02% de seu capital próprio.					
<b>e) Imobilização do Patrimônio Líquido</b>				<b>%</b>	<b>%</b>
Ativo Permanente/Patrimônio Líquido					
	31/12/2019	337.825	8.055.932	<b>4,19</b>	
	31/12/2020	302.347	8.119.933		<b>3,72</b>
Considerado excelente, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2020, imobilizou apenas 3,72% de seu Patrimônio Líquido. Percentual bem abaixo do que o permitido pelos normativos do Banco Central do Brasil.					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
Período: dezembro de 2020 e 2019 (valores em reais sem centavos)		
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.129.695,00</b>	<b>12.732.099,00</b>
Disponibilidades	782.812,00	351.582,00
Títulos e Valores Mobiliários - Nota 4	10.652.812,00	7.339.433,00
Relações Interfinanceiras - Nota 5	0,00	830,00
Operações de Crédito - Nota 6	2.903.942,00	4.253.179,00
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	3.662.305,00	5.075.621,00
(-) Provisão para Emp. e Direitos Creditórios Descontados	-758.363,00	-822.442,00
Outros Créditos - Nota 7	7.017,00	3.963,00
Outros Valores e Bens - Nota 8	783.112,00	783.112,00
<b>Não Circulante</b>	<b>624.296,00</b>	<b>600.713,00</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>321.949,00</b>	<b>262.888,00</b>
Operações de Crédito - Nota 6	321.949,00	262.888,00
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	353.462,00	348.507,00
(-) Provisão para Emp. e Direitos Creditórios Descontados	-31.513,00	-85.619,00
<b>Permanente</b>	<b>302.347,00</b>	<b>337.825,00</b>
<b>Imobilizado de Uso - Nota 9</b>	<b>302.347,00</b>	<b>337.825,00</b>
Imóveis/Outras Imobilizações de Uso	945.079,00	936.213,00
(-) Depreciação Acumulada	-642.732,00	-598.388,00
<b>Intangível - Nota 10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outros Ativos Intangíveis	3.550,00	3.550,00
(-) Amortização Acumulada	-3.550,00	-3.550,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.753.991,00</b>	<b>13.332.812,00</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.634.058,00</b>	<b>5.276.880,00</b>
Depósitos	6.606.693,00	4.503.770,00
Depósitos à Vista - Nota 11	2.525.382,00	1.294.611,00
Depósitos a Prazo - Nota 12	4.081.311,00	3.209.159,00
Relações Interfinanceiras - Nota 13	993,00	1.018,00
Relações Interdependências - Nota 14	0,00	237,00
Outras Obrigações - Nota 15 e 16	1.026.372,00	771.855,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.151,00	10.120,00
Sociais e Estatutárias	542.121,00	559.269,00
Fiscais e Previdenciárias	64.039,00	64.721,00
Diversas	418.061,00	137.745,00
<b>Patrimônio Líquido - Nota 17</b>	<b>8.119.933,00</b>	<b>8.055.932,00</b>
Capital Social - Nota 17 (a)	1.774.597,00	1.899.733,00
Reserva de Sobras - Nota 17 (b)	6.235.835,00	5.947.854,00
Sobras ou Perdas Acum.Exerc.Encer. - Nota 17 (c)	109.501,00	208.345,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>15.753.991,00</b>	<b>13.332.812,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>		
Período: 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em reais sem centavos)		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>EXERC. 2020</b>	<b>EXERC. 2019</b>
<b>10. Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>2.015.241,00</b>	<b>2.333.390,00</b>
Operações de Crédito	1.850.179,00	1.917.306,00
Resultado Oper.c/Tit.e Val.Mobiliários	165.062,00	416.084,00
<b>15. Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>-102.248,00</b>	<b>-194.057,00</b>
Operações de Captação no Mercado	-109.074,00	-223.519,00
Provisão para Crédito de Liq.Duvidosa	6.826,00	29.462,00
<b>20. Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10-15)</b>	<b>1.912.993,00</b>	<b>2.139.333,00</b>
<b>50. Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>-1.717.009,00</b>	<b>-1.763.761,00</b>
Receitas de Prestação de Serviços	205.436,00	187.022,00
Despesas de Pessoal	-1.130.776,00	-1.148.650,00
Outras Despesas Administrativas	-761.392,00	-811.823,00
Despesas Tributárias	-17.051,00	-29.451,00
Outras Receitas Operacionais	67.590,00	39.141,00
Outras Despesas Operacionais	-80.816,00	0,00
<b>60. Resultado Operacional (20+50)</b>	<b>195.984,00</b>	<b>375.572,00</b>
<b>65. Resultado não Operacional</b>	<b>3.108,00</b>	<b>3.236,00</b>
<b>75. Resultado Antes da Tributação s/o Lucro e Participações (60+65)</b>	<b>199.092,00</b>	<b>378.808,00</b>
<b>80. Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>85. Participações Estatutárias no Lucro</b>	<b>-89.591,00</b>	<b>-170.463,00</b>
F.A.T.E.S - Ato Cooperativo	-9.954,00	-18.940,00
F.A.T.E.S - Ato não Cooperativo	0,00	0,00
Reserva Legal	-79.637,00	-151.523,00
<b>90. Sobras/Perdas à Disposição da AGO (75-80-85)</b>	<b>109.501,00</b>	<b>208.345,00</b>
<b>92. Juros Sobre o Capital Próprio</b>	<b>50.363,00</b>	<b>83.436,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Período: 31 de dezembro de 2020 e 2019 (valores em reais sem centavos)		
<b>DRA</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Sobras/Perdas Líquidas	199.092,00	378.809,00
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	199.092,00	378.809,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período: 31/12/2019 a 31/12/2020

(Valores em reais sem centavos)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS	
				EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2018	1.824.986,00	5.618.775,00	177.555,00	7.621.316,00	7.273.844,00
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					
2 - REVERSÕES DE RESERVAS					
3 - DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS					
4 - AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS					
<b>5 - AUMENTO DE CAPITAL</b>					
INTEGRALIZAÇÕES	96.678,00			96.678,00	86.608,00
JUROS AO CAPITAL	76.914,00			76.914,00	154.314,00
TRANSFERÊNCIA SPA P/CAP.(SOBRAS)					
RESTITUIÇÃO DE CAPITAL/TRANSF.P/CEA	(98.845,00)			(98.845,00)	(200.136,00)
6 - OUTROS EVENTOS					
7 - SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO			378.809,00	378.809,00	322.827,00
<b>8 - DESTINAÇÕES</b>					
RESERVA LEGAL		329.079,00	(329.079,00)	0,00	0,00
FATES			(18.940,00)	(18.940,00)	(16.141,00)
TRANSFERÊNCIA PARA CONTA CAPITAL					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2019	1.899.733,00	5.947.854,00	208.345,00	8.055.932,00	7.621.316,00
MUTAÇÕES DO PERÍODO	74.747,00	329.079,00	30.790,00	434.616,00	347.472,00

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS	
				EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2019	1.899.733,00	5.947.854,00	208.345,00	8.055.932,00	7.621.316,00
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					
2 - REVERSÕES DE RESERVAS					
3 - DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS					
4 - AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS					
<b>5 - AUMENTO DE CAPITAL</b>					
INTEGRALIZAÇÕES	70.170,00			70.170,00	96.678,00
JUROS AO CAPITAL	46.374,00			46.374,00	76.914,00
TRANSFERÊNCIA SPA P/CAP.(SOBRAS)					
RESTITUIÇÃO DE CAPITAL/TRANSF.P/CEA	(241.680,00)			(241.680,00)	(98.845,00)
6 - OUTROS EVENTOS					
7 - SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO			199.092,00	199.092,00	378.809,00
<b>8 - DESTINAÇÕES</b>					
RESERVA LEGAL		287.981,00	(287.981,00)	0,00	0,00
FATES			(9.955,00)	(9.955,00)	(18.940,00)
TRANSFERÊNCIA PARA CONTA CAPITAL					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2020	1.774.597,00	6.235.835,00	109.501,00	8.119.933,00	8.055.932,00
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-125.136,00	287.981,00	-98.844,00	64.001,00	434.616,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>		
Período: 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em reais sem centavos)		
	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>199.092,00</b>	<b>378.809,00</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Depreciações e Amortizações	44.344,00	48.224,00
Resultado da Venda de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
<b>Aumento(redução) nos Ativos Operacionais:</b>	<b>-2.025.428,00</b>	<b>-32.103,00</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-3.313.379,00	1.019.640,00
Relações Interfinanceiras	830,00	-830,00
Operações de Crédito	1.290.174,00	-548.191,00
Outros Créditos	-3.053,00	-1.620,00
Outros Valores e Bens	0,00	-501.102,00
<b>Aumento(redução) nos Passivos Operacionais</b>	<b>2.347.224,00</b>	<b>-491.984,00</b>
Depósitos	2.102.923,00	-447.023,00
Relações Interfinanceiras	-24,00	776,00
Relações Interdependências	-236,00	14,00
Outras Obrigações	244.561,00	-45.751,00
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>565.232,00</b>	<b>-97.054,00</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Recebimento de Venda de Imobilizações de Uso	0,00	0,00
Aquisição de Bens para o Imobilizado	-8.866,00	-16.519,00
<b>Caixa Líquido Proveniente/usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>-8.866,00</b>	<b>-16.519,00</b>
<b>Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento</b>		
Juros Sobre o Capital	46.374,00	76.914,00
Aumento de Capital	70.170,00	96.678,00
Baixa de Capital	-241.680,00	-98.845,00
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-125.136,00</b>	<b>74.747,00</b>
<b>Aumento(redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>431.230,00</b>	<b>-38.826,00</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
No Início do Período	351.582,00	390.408,00
No Fim do Período	782.812,00	351.582,00
<b>Aumento(redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>431.230,00</b>	<b>-38.826,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS

Período: Dezembro de 2020 e 2019  
(Valores em reais)

### 1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE GUAÇUÍ-CREDIGUAÇUÍ**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/04/1989. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDIGUAÇUÍ tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I- proporcionar assistência financeira a seus associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos associados e a melhoria da sua qualidade de vida;
- II- o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços;
- III- o desenvolvimento de programas de educação cooperativista, visando o fortalecimento dos princípios e valores do cooperativismo.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), aprovados pelo Banco Central até o momento. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 09/04/2021.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, incluem as rubricas "Caixa", "Depósitos Bancários", bem como "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Títulos e Valores Mobiliários", de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	782.812,62	351.582,82
<b>TOTAL</b>	<b>782.812,62</b>	<b>351.582,82</b>

**d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**g) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**h) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**i) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**j) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**k) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**l) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

**m) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**n) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**o) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.



#### 4. Títulos de valores mobiliários

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Cotas de Fundos de Investimento	10.652.811,96	7.339.433,22
<b>TOTAL</b>	<b>10.652.811,96</b>	<b>7.339.433,22</b>

#### 5. Relações Interfinanceiras

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Cheques a Remeter	0,00	830,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>830,00</b>

#### 6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO %	31/12/2020				31/12/2019			
		VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO	VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO
AA	0	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00
A	0,50	2.832.648,26	0,00	<b>2.832.648,26</b>	14.163,24	3.709.534,72	0,00	<b>3.709.534,72</b>	18.547,68
B	1	80.303,97	699,69	<b>81.003,66</b>	810,04	311.641,74	48.070,33	<b>359.712,07</b>	3.597,13
C	3	24.392,33	25.729,68	<b>50.122,01</b>	1.503,66	0,00	1.171,21	<b>1.171,21</b>	35,14
D	10	49.030,21	21.495,44	<b>70.525,65</b>	7.052,57	132.607,03	17.476,80	<b>150.083,83</b>	15.008,39
E	30	0,00	13.240,83	<b>13.240,83</b>	3.972,25	227.351,72	1.281,73	<b>228.633,45</b>	68.590,04
F	50	15.195,01	13.355,74	<b>28.550,75</b>	14.275,39	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00
G	70	632.520,27	6.071,56	<b>638.591,83</b>	447.014,28	575.695,10	0,00	<b>575.695,10</b>	402.986,59
H	100	204.110,15	96.973,85	<b>301.084,00</b>	301.084,00	284.369,25	114.927,94	<b>399.297,19</b>	399.297,19
<b>Total</b>		<b>3.838.200,20</b>	<b>177.566,79</b>	<b>4.015.766,99</b>	<b>789.875,43</b>	<b>5.242.370,77</b>	<b>181.756,80</b>	<b>5.424.127,57</b>	<b>908.062,16</b>

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
A vencer acima 360 dias	353.461,68	348.506,62
A vencer entre 91 e 360 dias	1.725.711,05	1.304.754,52
A vencer até 90 dias	1.793.719,43	3.628.303,58
Vencidas (a partir de 15 dias)	101.796,56	127.342,19
Vencidas (de 1 a 14 dias)	41.078,27	15.220,66
<b>TOTAL</b>	<b>4.015.766,99</b>	<b>5.424.127,57</b>

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a depositantes	28.242,21	24.108,46
Empréstimos em conta corrente/Cheque especial	721.315,36	1.726.690,19
Empréstimos	3.269.316,86	2.984.768,13
Títulos Descontados	446.600,40	1.089.827,69
(-) Rendas a apropriar	-449.707,84	-401.266,90
<b>Total antes da Provisão</b>	<b>4.015.766,99</b>	<b>5.424.127,57</b>
(-) Provisões para operações de crédito	-789.875,43	-908.062,16
<b>TOTAL</b>	<b>3.225.891,56</b>	<b>4.516.065,41</b>

d) PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
PCLD-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-789.875,43	-908.062,16
<b>TOTAL</b>	<b>-789.875,43</b>	<b>-908.062,16</b>



e) Concentração dos Principais Devedores:

MAIORES DEVEDORES	31/12/2020	Carteira	PL	31/12/2019	Carteira	PL
	VALOR	%	%	VALOR	%	%
10 Maiores	1.730.866,60	<b>43,10</b>	<b>21,32</b>	1.929.537,95	<b>35,57</b>	<b>23,96</b>
20 Maiores	2.364.444,11	<b>58,88</b>	<b>29,12</b>	2.792.996,41	<b>51,48</b>	<b>34,67</b>
40 Maiores	3.052.841,85	<b>76,04</b>	<b>37,62</b>	3.806.858,12	<b>70,17</b>	<b>47,24</b>

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Recuperados:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.729.254,44</b>	<b>2.624.418,08</b>
Valor das op. recuperadas no período	-164.740,24	-16.282,57
Valor das op. baixadas no período	111.361,41	123.059,73
Valor das correções baixadas	-8.623,77	-1.940,80
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.667.251,84</b>	<b>2.729.254,44</b>



**7. Outros créditos**

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de Férias (a)	5.755,80	0,00
Adiantamentos para viagens (b)	0,00	2.262,00
Impostos e contribuições a compensar (c)	1.242,58	1.242,58
Devedores diversos (c)	18,20	459,08
<b>Total</b>	<b>7.016,58</b>	<b>3.963,66</b>

(a) Valores referentes a adiantamentos de férias.

(b) Valores referentes a adiantamentos de despesas para viagens.

(c) Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa ou contas a classificar.

**8. Outros Valores e bens**

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio	783.111,74	783.111,74

Os Bens Não de Uso Próprio, referem-se, a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas, decorrentes de operações de crédito, registrados contabilmente pelo valor de custo, não estão sujeitos a depreciação ou correção.



**9. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

31/12/2020					31/12/2019
Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em Curso		0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos		14.000,00	0,00	14.000,00	14.000,00
Edificações	4%	461.178,71	-255.096,63	206.082,08	224.468,24
Instalações	10%	47.922,63	-47.347,95	574,68	1.007,92
Móveis e Equipamentos	10%	132.392,32	-90.160,38	42.231,94	42.703,77
Sistema de Comunicação	10%	3.736,93	-3.648,45	88,48	221,20
Sistema de process.de dados	20%	213.869,63	-199.953,65	13.915,98	17.128,60
Sistema de segurança	10%	12.206,02	-7.352,84	4.853,18	5.740,70
Sistema de transporte	20%	59.773,00	-39.172,55	20.600,45	32.554,97
<b>Total</b>		<b>945.079,24</b>	<b>-642.732,45</b>	<b>302.346,79</b>	<b>337.825,40</b>



**10. Intangível**

31/12/2020					31/12/2019
Descrição	Taxa anual Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos Intangíveis	20%	3.550,00	-3.550,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.550,00</b>	<b>-3.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**11. Depósitos à vista**

31/12/2020	31/12/2019
2.525.382,44	1.294.611,65

Os depósitos à vista não são remunerados.

**12. Depósitos a prazo**

31/12/2020	31/12/2019
4.081.310,68	3.209.158,71

Os depósitos a prazo são remunerados conforme contrato.

**13. Relações Interfinanceiras**

31/12/2020	31/12/2019
993,33	1.017,97

Recebimentos remetidos ao serviço de compensação.

#### 14. Relações Interdependências

31/12/2020	31/12/2019
0,00	236,60

Recebimentos efetuados por conta de terceiros.

#### 15. Obrigações sociais e estatutárias

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Juros ao Capital (a)	55.488,17	117.120,38
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	314.673,78	305.889,18
Cotas de capital a pagar (c)	171.959,00	136.259,16
<b>TOTAL</b>	<b>542.120,95</b>	<b>559.268,72</b>

(a) Provisão de juros ao capital conforme estabelecido pela Lei Complementar 130/09;

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 5% das sobras apuradas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(c) Valores correspondentes a cotas de capital a pagar de ex. associados.



## 16. Outras obrigações – Diversas

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
<b>Cobrança/Arrec. de Trib. e Assemelhados</b>	<b>2.151,13</b>	<b>10.120,16</b>
IOF a Recolher (a)	2.151,13	10.120,16
<b>Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>64.039,06</b>	<b>64.721,63</b>
Impostos e Contribuições a Recolher s/Serviços de Terceiros (b)	689,10	602,41
Impostos e Contribuições s/salários (c)	33.340,44	33.221,59
Outros (d)	30.009,52	30.897,63
<b>Diversas</b>	<b>418.060,67</b>	<b>137.744,92</b>
Cheques Administrativos (e)	189.000,00	0,00
Provisão de pagamentos a efetuar (f)	174.140,74	103.322,75
Credores diversos (g)	54.919,93	34.422,17
<b>TOTAL</b>	<b>484.250,86</b>	<b>212.586,71</b>

- a) Refere-se, a IOF a recolher s/operações de Crédito;
- b) Refere-se a IRRF, ISS e CSLL/COFINS/PIS– LEI 10833 s/serviços de terceiros;
- c) Refere-se a Impostos e Contribuições s/Salários, IRRF, INSS, FGTS e PIS;
- d) Refere-se, basicamente ao grupo impostos e contribuições a recolher, com maior destaque para o IRRF sobre correção de aplicação, ISS e ao Pis – Receita Operacional;
- e) Refere-se a cheque administrativo;
- f) Refere-se a provisão para pagamento de pessoal, obrigações trabalhistas, e encargos incidentes sobre as obrigações, R\$ 94.300,81, provisão de outras despesas administrativas como comunicações, segurança e vigilância, internet e tarifas B. B. S/A, R\$ 79.839,93.
- g) Refere-se, basicamente, a pendências, seguros, contas e depósitos a classificar.

O art. 30 da Lei nº 11.051/04, determinou a isenção do PIS e COFINS sobre as receitas dos atos cooperativos das cooperativas de crédito, somente entrou em vigor 90 dias após a sua publicação, não tendo efeito retroativo, até então os valores correspondentes ao PIS estão aprovacionados no período de novembro de 1999 à fevereiro de 2005.



Quanto aos valores provisionados até então, foi aconselhado conforme parecer discriminado abaixo, que os mantivessem na respectiva conta de provisão até uma decisão judicial sobre os mandados judiciais impetrados objetivando suspender a exigibilidade dos créditos:

Mandado de Segurança nº 2004.51.01.007376-3, referente ao PIS; (Impetrado na 29ª Vara do Rio de Janeiro-RJ)

Pis ..... 27.416,47  
(Parecer OCB/ES - SESCOOP/ES, nº 03/2005, de 13.01.2005)

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

31/12/2020	31/12/2019
1.774.597,02	1.899.733,37

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social está representado pela participação de 719 (setecentos e dezenove) associados, atingindo o montante de R\$ 1.774.597,02 (Um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e dois centavos).

### b) Reserva legal e estatutárias

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Legal	6.235.835,34	5.947.853,81
<b>Total</b>	<b>6.235.835,34</b>	<b>5.947.853,81</b>

**Reserva legal:** representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

d) *Destinações estatutárias e legais*

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Sobras líquidas, do exercício	199.092,05	378.808,56
Lucro líquido decorrente de ato não cooperativos destinado ao FATES	0,00	0,00
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	199.092,05	378.808,56
Destinações estatutárias		
Reserva legal - <b>40%</b>	-79.636,82	-151.523,42
Fundo de assistência técnica, educacional e social - <b>5%</b>	-9.954,60	-18.940,43
Sobras à disposição da Assembleia Geral	109.500,63	208.344,71

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

**18. Provisão de juros ao capital**

A Cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de remunerar o capital do cooperado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. E somente serão creditados por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá estabelecer o percentual.

**19. Partes relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas:

- a) Membros Estatutários: na Assembleia Geral Ordinária que elege o Conselho de Administração e Fiscal e é definida a remuneração dos mesmos.
- b) Membros Contratuais: o Conselho de Administração é responsável pela contratação dos Executivos, Gerentes e Assessores.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, alienação fiduciária e caução.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As Operações Ativas e Passivas com membros estatutários e contratuais e contra partes conectadas, na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços, são realizadas nas mesmas condições praticadas pelos demais associados da cooperativa:

**a) Operações de Crédito**

NATUREZA DO RELACIONAMENTO	31/12/2020	31/12/2019
	Saldos	Saldos
Operações de Crédito	68.061,08	143.529,28
Provisões de Operações de Crédito	-340,32	-2.491,06
Contas de Depósitos	726.549,29	651.725,20
Capital Social	121.109,78	115.718,46

**b) Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença)**

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Conselho Fiscal	29.880,00	29.880,00
Conselho de Administração	279.480,00	279.480,00
Encargos Sociais (Pagos pela Cooperativa)	61.872,00	61.872,00

Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença) Conselhos Administrativo e Fiscal. Pagos no Exercício.

**20. Índice de Basileia**

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de **R\$ 5.733.002,55** em 31 de dezembro de 2020.

A Administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia que é de **51,03%**, calculado com base no regime prudencial simplificado, apresentado de acordo com a legislação em vigor.

**21. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguro patrimonial, cuja cobertura no valor total de **R\$ 725.000,00** é considerada suficiente pela Administração e pela Porto Seguro, agente segurador, para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2020.

**Renato Caiado Casotti**  
Diretor Presidente e  
Responsável p/Área Contábil

**Jorge Guedes da Silva**  
Diretor Administrativo

**Gilson Costa de Oliveira**  
Diretor Financeiro

**Rogério Carlos Faria**  
CRC-ES-011250/0-1  
CPF: 031.184.637-83

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020**

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí – CREDIGUAÇUÍ, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, afirmamos que examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente, bem como o Relatório de Gestão, alusivos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Sendo assim, recomendamos, com embasamento nas verificações periódicas e estatutárias efetuadas, e, no Relatório de Auditoria Interna/Externa, a aprovação dos referidos documentos e das contas sem ressalvas pelos (as) senhores (as) associados (as).

Guaçuí-(ES), 09 de abril de 2021.

---

Antônio Carlos Nunes Paraíso

---

José Adilson de Assis

---

Sebastião José de Azevedo



## Relatório de Auditoria

Art. 21, I da resolução 3.198/04

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da  
**Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí - CREDIGUAÇUÍ**  
Guaçuí – ES

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CREDIGUAÇUÍ**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CREDIGUAÇUÍ** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CREDIGUAÇUÍ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **CREDIGUAÇUÍ** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **CREDIGUAÇUÍ** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CREDIGUAÇUÍ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 09 de abril de 2021.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRCSC 4159/O-6

JOÃO CARLOS SUBACZ  
Contador CRCSC 18.585/O-2